


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0005705-38.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer
 Requerente: Marcos Donizete Albano da Silva
 Requerido: Magazine Luiza S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer consistente na substituição de um aparelho televisor LED 55 Smart 4k, alegando que apresentou defeito dentro do prazo de garantia, mas o conserto foi negado sob a justificativa de causa excludente de cobertura. Requereu a procedência para que seja determinada a substituição do produto por um novo, sob pena de multa diária a ser arbitrada pelo Juízo.

O relatório é dispensado (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passando-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9099/05 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

A requerida alega preliminarmente sua ilegitimidade passiva. Porém, razão não lhe assiste. Foi quem comercializou a televisão ao autor, conforme restou comprovado nos autos através da declaração de compra emitida pela empresa ré (pág. 5).

Afasto também a preliminar de incompetência do Juizado Especial, eis que o processo foi instruído com os documentos hábeis e suficientes ao deslinde do feito, não havendo necessidade de perícia.

Em 29.04.2017 o autor comprou o televisor. Todavia, diz ele que em janeiro de 2018 o aparelho apresentou uma mancha branca na parte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

superior da tela.

Por essa razão, remeteu o televisor à assistência técnica do fabricante, que emitiu parecer de exclusão da garantia, indicando a exposição do aparelho à queda, torção ou impacto.

Pela análise do material anexado aos autos pelo próprio autor, nota-se que a assistência técnica concluiu pelo mau uso do produto, afirmando que foram observadas trincas no display eletrônico da televisão, as quais são ocasionadas quando o produto é exposto a queda, torção ou impactos sobre o aparelho (págs. 8/9).

Através das fotos anexadas no laudo emitido pela assistência técnica (pág. 9), é possível observar referidas trincas na tela do aparelho televisor.

Defeitos do tipo somente podem ser atribuídos à falta de adequados cuidados com o manuseio do aparelho, de modo que a requerida não tem qualquer responsabilidade.

Com efeito, nos termos do art. 14, § 3º, II do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor do produto não responde pelos danos decorrentes de culpa exclusiva do consumidor. Portanto, de rigor a improcedência da pretensão.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesp (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesp (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 30 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006